

Secretário do MCTI defende uso de energia solar e eólica



As **energias solar e eólica** têm se tornado cada vez mais competitivas no mercado global e podem representar uma alternativa de segurança energética, diante dos riscos das mudanças climáticas. A avaliação é do secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Carlos Nobre, que, em recente audiência no Senado Federal, defendeu a importância de o Brasil aproveitar o seu potencial nessas áreas.

“O grande marco para os próximos 20 e 30 anos é a solar fotovoltaica e o Brasil, sendo um dos cinco países com maior potencial, precisa aproveitar”, ressaltou o pesquisador, ao destacar que muitos países, como a Alemanha, a Espanha e os Estados Unidos, têm lançado mão de subsídios para ampliar essa utilização. “O preço da energia está caindo muito, principalmente a solar fotovoltaica, em locais com maior incidência de radiação solar. Hoje ela ainda é relativamente mais cara em relação a outras formas, mas vai se tornar competitiva em muito pouco tempo”, prevê.

Nobre citou conclusões do [relatório especial](#) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), em que os especialistas sustentam a possibilidade de 80% do suprimento de energia do mundo ter como fonte os renováveis até 2050.

Nesse sentido, o climatologista considera o Brasil privilegiado por manter uma **matriz majoritariamente renovável** (entre 75 e 80%) e pelo fato de o país apresentar o segundo maior potencial em energia eólica do mundo, ficando apenas atrás dos Estados Unidos. “Com o tempo, o maior uso e barateamento todos os cenários da entrada de mais energia elétrica, a partir de solar e eólica, sinalizam que, até 2050, essas serão as principais formas de energia elétrica no mundo”, destaca.

RESPOSTA

Para o cientista, adotar as energias renováveis é a principal resposta global ao **risco das mudanças no clima**, o que também pode ser visto como uma questão de segurança energética. Para ele, a geração de energia eólica e solar pode ser considerada menos intermitente do que a geração hidrelétrica. “Não existe uma maneira de ficarmos seis meses sem vento, mas podemos ficar seis meses sem chuva”, destaca.

Nobre cita o exemplo da Região Sudeste do Brasil, que recebeu 25% da chuva esperada em dezembro, janeiro e fevereiro, situação que tem contribuído para a queda do nível de água do Sistema Cantareira, em São Paulo. “Se levarmos em conta a probabilidade do aumento dos extremos climáticos, armazenar água não é uma garantia absoluta, ou os reservatórios teriam que ficar gigantescos. Sem levar em conta outros aspectos ambientais envolvidos”, avalia.

O pesquisador considera necessário apostar em mecanismos e em incentivos para que essas formas de

energia ocupem mais espaço no cenário nacional. “Para o caso da eólica esse caminho já foi trilhado. Certamente o uso e o aumento da geração vão acontecer com maior rapidez no Brasil depois de um período mais lento comparado com a realidade em outros países onde essa área está crescendo mais”.

Por outro lado, no caso da energia solar fotovoltaica, o desenvolvimento ainda é incipiente, na avaliação do pesquisador. Mesmo assim, entre os avanços já alcançados, ele aponta o marco legal recentemente aprovado - com a Resolução Normativa 482, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que estabelece sistema de compensação para centrais geradoras de energia elétrica que usem fontes como a hidráulica, a solar, a eólica e a biomassa - e a utilização da energia solar nas casas do programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal. “Esta é uma excelente forma de incentivo.

As placas solares, colocadas no **custo inicial** das residências, tornam a implantação mais barata - na faixa de R\$ 500 a R\$ 1 mil - por unidade residencial. Como a durabilidade do equipamento é de 15 anos, ao longo do tempo, esse investimento seria amortizado na conta pela redução das tarifas”, esclarece o cientista, que aponta o armazenamento como um dos grandes desafios a serem superados para impulsionar o uso da energia solar e da eólica no Brasil. “Essa é a grande fronteira tecnológica em energia a vencer. Temos que investir mais”, diz.

PROGRAMA

O investimentos no tema energia eólica no Brasil são oriundos basicamente do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento regulado pela Aneel e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio de suas agências, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ([CNPq](#)) e a Finep. Os recursos são aplicados em institutos de pesquisa, universidades e empresas brasileiras.

Segundo dados do estudo Análises e Percepções para o Desenvolvimento de uma Política de CT&I no Fomento da Energia Eólica no Brasil, de 2001 a 2011, as empresas participantes do programa da Aneel investiram R\$ 18 milhões em 22 projetos voltados a P&D no setor eólico. O levantamento foi produzido pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), organização social supervisionada pelo MCTI.

Durante o período, em dois editais do CNPq, foram destinados mais R\$ 8,3 milhões para 20 projetos relacionados com o tema e para capacitação laboratorial e formação de recursos humanos no setor. A Finep aplicou mais de R\$ 40 milhões de reais em 35 projetos na área, de 2002 a 2012, por meio de recursos dos fundos setoriais e do programa de subvenção econômica.

Fonte: MCTI